

a terra é redonda

Uma fraude ambulante



Por LUIZ ROBERTO ALVES*

O senhor Decotelli já se ombreia ao que sentou na cadeira do MEC até há pouco, porque tenta dar “jeitinhos” ao seu currículo, quer pela fome de poder, quer porque deve imaginar que vive em tempo de ignorantes

As pessoas que ensinam e pesquisam no Brasil não têm motivos para ostentar títulos acadêmicos como objeto de disputa e desejo. O país desigual e injusto há séculos exigiu da maioria dos investigadores e investigadoras de ciências da natureza e da cultura a busca de bolsas e auxílios, a par da criação de filhos, da sustentação familiar, das disputas de projetos, das vaidades humanas, do trabalho em condições precárias e da obediência a prazos. Por isso mesmo, os títulos são documentos de trabalho, o que é suficiente.

Assim tem sido e deste modo têm completado seus ciclos de estudos muitos milhares de colegas, num esforço hercúleo que conta com a presença indispensável de fundações de amparo à pesquisa dos Estados, CNPq, Capes e outras linhas auxiliares de apoio acadêmico. Este país teve sucesso neste item de sua vida social a despeito de tudo o que se origina em suas desigualdades e injustiças sociais. Os dados estão sempre na ponta da língua de cada pessoa que pertence a esses grupos de trabalhadores intelectuais, mas citá-los não é o objetivo deste texto. Basta reconhecer o enorme esforço e a solidariedade deste campo intelectual, pois as universidades mais consolidadas foram formadoras das jovens universidades em todo o território nacional e para muito além do Brasil.

Esse esforço tem exigências, as quais comportam reparos e mudanças, mas também tem a dignidade de conservar valores. Um deles é a verdade dos resultados, transformada em dados e fatos postos nos currículos de trabalho acadêmicos, especialmente no Lattes-CNPq.. Os resultados das dissertações e teses não são objeto de ostentação, mas fenômenos da verdade a que chegam esforços e lutas. Passaporte para o trabalho da vida inteira.

O senhor Decotelli, novo ministro da educação, mentiu para a nação e para o presidente sobre seu título de doutor e sobre a orientação acadêmica recebida. Tanto a Universidad Nacional de Rosario quanto o suposto orientador de tese já abriram a verdade parda os que sabem ver, ler e ouvir. No caso da orientação, tão grave quanto o título, a resposta do Dr. Freitas à imprensa foi dúbia, talvez pela relação entre CNE e MEC, embora o primeiro seja instituição do estado brasileiro e não órgão do governo. O fato é que não há nenhuma ingenuidade nesse fenômeno da narrativa de título e orientação. Há mentira, desapreço pelo trabalho duro de milhares de colegas brasileiros e estrangeiros e mera formulação de nomenclatura de títulos sem razão ou valor. Faltou honestidade intelectual e sobrou falsidade ideológica. O que resta ao M.e. Decotelli é o surgimento de bajuladores e oportunistas a arrumar desculpas históricas (isto é, ataques e injúrias generalizadas) para justificar e normalizar o ato repulsivo de mentir sobre conquista acadêmica. Ou justificar em ritmo de bolerão choramingas: “todos erram neste mundo”. Popularmente se diz “jogar sujeira no ventilador”. Há sempre candidatos a este posto.

Sabe-se que titulações de trabalho acadêmico passam ao largo, na história republicana, dos interesses imediatos da grande maioria do povo, da grande maioria dos legisladores e mesmo de muitos setores do executivo e do judiciário. Por isso mesmo, títulos se transformaram em trunfos, mitos, fetiches na história do Brasil. Eis que outra vez esse horror intelectual se atualiza e provoca vergonha, menos para todos os que não se incomodam nem um pouco com a razão de ser desses títulos de trabalho. Afinal, ninguém precisa de título acadêmico senão as pessoas imbuídas da vocação e da atitude de pesquisa, tudo entendido como trabalho. O senhor Decotelli deveria ter a nomeação revogada pelo próprio presidente diante do fato. Não importaria sequer o ministério, mas na Educação o fato vira um monstro predador da história. A

a terra é redonda

contradição levada além dos limites aceitáveis. No entanto, a julgar por quem nos preside, alguém crê nisso? Ora, mesmo no legislativo deseja-se sorte ao novo ministro e sua mentira só porque substitui o inominável fugido para Miami sob acobertamento oficial.

O senhor Decotelli já se ombreia ao que sentou na cadeira do MEC até há pouco, porque tenta dar “jeitinhos” (que de fato não existem) ao seu currículo, quer pela fome de poder, quer porque deve imaginar que vive em tempo de ignorantes, submissos e “jeitosos”.

Repita-se. São tantas as dificuldades para a aquisição de títulos de trabalho acadêmico que não se exige perfeição, notas máximas ou, pior, disputa intestina pelo título. Somos desiguais também nos procedimentos de pesquisa, na diversidade das áreas, nas composições de bancas, nas disputas de orientação. Mas um título de doutorado não se confunde com término de créditos, visto que a ausência da aprovação da tese compromete totalmente o que se costuma chamar pós-doutorado. Como fazê-lo sem o título anterior indispensável? Carece-se, pois, de novas explicações do M.e Decotelli.

Num país sério este senhor não teria razão para continuar ministro. No entanto, é muito provável que as cúpulas do poder darão de ombros e dirão que é assunto interno ao MEC e ao executivo. E *la nave va...*

O que fica não é um problema do Lattes. É um valor histórico esbulhado. O qual se conecta a outros desses “Brasis”, sob estratégias distintas, mas princípios iguais: a miserabilidade das maiorias, as exclusões de várias ordens, o assassinato dos adolescentes pobres pelas forças policiais, os foros privilegiados, a negação tácita do espírito republicano. Se algum consolo existe, trata-se de entender que efetivamente ainda não temos uma República verdadeira. Ela foi proclamada e não vivida. Que o diga Euclides da Cunha. A Colônia e o Império confundem nossos tempos e nossas atitudes. Outros doutores sem título trabalhado e oficializado devem estar na fila para agarrar suas fatias de poder.

***Luiz Roberto Alves** é professor sênior da ECA-USP.